



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Vampiro no Cerrado

Como se sabe, o contista Dalton Trevisan sempre fugiu da imprensa como o diabo da cruz. Ele se recusava, veementemente, a conversar com jornalistas. Parece que havia em sua testa com placa com os seguintes dizeres: "Cuidado, contista feroz, ele morde!" Incomodou-se bastante com a badalação de Curitiba por causa da Operação Lava-Jato. Numa sexta-feira de Lua Nova, o vampiro de Curitiba se refugiou, clandestinamente, em Brasília. Ficou tão

angustiado com o horizonte aberto da cidade espacial, que ele mesmo propôs conceder uma entrevista imaginária exclusiva para esta coluna. Fala, vampiro, extravasa a alma!

Você é considerado a Greta Garbo da imprensa brasileira. Por que não concede entrevistas?

Escritor não tem de falar, tem de escrever. Sou incuravelmente tímido, um pouco menos com as loiras oxigenadas.

Mas a sua palavra de autor não pode iluminar a sua obra?

Só a obra interessa. O autor não vale o personagem. O conto é sempre melhor do que o contista.

Você assume essa identidade de vampiro de Curitiba?

Vampiro, sim, das almas. Espião de corações solitários, escorpião de bote armado. Eis o contista.

Como definiria a arte do conto?

Um bom conto é um pico certo na veia. O melhor conto só se escreve com a mão torta, teu avesso, teu coração danado.

Quando se fala tanto de impunidade no país, o que lhe incomoda mais?

O Dia das Mães. Ó, mães, quantos crimes literários são cometidos em vosso nome.

Essa sua obsessão por vampiros não tem algo de morbidez?

Todo filho de família tem um vampiro dentro de si.

Se fosse um crítico literário, que reparos faria aos contos de Dalton Trevisan?

Há anos, ele escreve o mesmo conto. Quem leu um já viu todos. Com pequenas variações, sempre o único João e sua bendita Maria. Peru bêbado que, no círculo de giz, repete sem arte nem graça os passinhos iguais. Falta-lhe imaginação até para mudar o nome dos personagens.

Por favor, escreva agora um conto curtíssimo para colocar no Twitter.

Ele manda e desmanda no vento.

Ralha com a criança e manda castigar o raio. Silencia o protesto do trovão. Só pela velha é obedecido.

Curitiba ficou muito badalada depois da Operação Lava-Jato. Qual é a sua Curitiba?

Curitiba sem pinheiro ou céu azul pelo que vosmecê é — privação, cárcere, lar — essa a vida e não outra pra inglês ver, com amor eu viajo. A cidade irreal da propaganda ninguém não viu ou não sabe onde fica.

Você acredita no amor? Os vampiros têm coração?

O amor é como uma corruíra no jardim. De repente, ela canta e muda toda a paisagem.

PESQUISA / Estudo inédito do Ministério Público do DF revela que os casos de assassinatos em Brasília são julgados em menos de dois anos, enquanto a média no Brasil ultrapassa seis anos. Índice de assassinatos caiu entre 2018 e 2022

Justiça no DF tem mais celeridade

» DARCIANNE DIOGO

Por quanto tempo você esperaria ver a justiça sendo feita em um caso de homicídio? Meses? Anos? Para familiares de vítimas, um dia pode parecer uma eternidade. Mas, por trás de cada julgamento, há um processo complexo, que inclui um trabalho minucioso de investigação da polícia, ação penal, direito à defesa e fixação da pena.

Um estudo inédito do Ministério Público do DF (MPDFT) lança luz ao funcionamento e à compreensão de como o sistema de Justiça criminal lida com os crimes contra a vida. Na primeira edição, foram analisados 421 inquéritos de homicídios consumados em 2018. O levantamento revela que a capital está à frente do restante do país: o tempo mediano entre a solução do crime e o julgamento é de 742,5 dias (menos de dois anos), enquanto, no Brasil, a média ultrapassa seis anos (veja números).

Processo criminal

Muito além dos números, é fundamental compreender o desenrolar de um processo. Quando ocorre um assassinato, a Polícia Civil do DF inicia a investigação para identificar a autoria e esclarecer as circunstâncias do crime. As provas são analisadas por um promotor do Ministério Público, que decide entre apresentar a denúncia ou arquivar o caso. O processo penal só se inicia de fato quando há a formalização da acusação, e cabe ao juiz avaliar.

Em 2018, as 34 delegacias circunscriçiais do DF e a Coordenação e Repressão a Homicídios (CHPP) instauraram 421 inquéritos de homicídios consumados. Naquele ano, 435 pessoas foram assassinadas na capital. Nos quatro anos seguintes, notou-se uma redução nos índices: 2019 (390 mortes), 2020 (337), 2021 (286) e 2022 (241). Esse decréscimo nos números acompanha o percentual de inquéritos resolvidos, que mantém uma taxa entre 62% e 70% de casos solucionados.

Justiça em números

Estudo mostra tempo entre processos e quantidade de casos

TEMPO DE DURAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL - 2018

Fato até a denúncia: **110 dias**

Denúncia até a pronúncia: **247 dias**

Pronúncia até o júri: **280 dias**

Fato até o júri: **742,5 dias**

Homicídios no DF em 2018 (421 inquéritos instaurados)

DENUNCIADOS (247 CASOS)

- Julgados (**211 casos**)
- Condenados (**158 casos**):
143 por homicídio e 15 por feminicídio
- Absolvidos ou impronunciados (**51 casos**)
- Desclassificados (**2 casos**)
- Aguardando julgamento (**21 casos**)
- Aguardando pronúncia (**15 casos**)

ARQUIVADOS (123 CASOS)

- 68 por falta de autoria
- 24 devido à menoridade do autor
- 17 pelo falecimento do autor
- 12 não considerados homicídios
- Em investigação (51 casos)

A mediana do tempo entre o crime e a denúncia oferecida pelo Ministério Público é de 110 dias, o que significa que, em metade dos casos, essa etapa demora menos de pouco mais de três meses, considerado célere na avaliação do promotor Raoni Parreira Maciel, do Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida, um dos colaboradores do estudo. "A maneira como o DF se organizou contribuiu para esse número positivo. Não adianta a polícia investigar e o Judiciário não fazer o seu papel. Da mesma

forma, se a polícia não conseguir elucidar o crime, não há como o Judiciário atuar bem", enfatiza.

Em casos de crimes dolosos contra a vida, ocorre a fase da pronúncia, que sucede a denúncia. É nessa etapa que o juiz decide se há indícios suficientes para que o réu seja julgado pelo Tribunal do Júri, concretizando, assim, o processo de julgamento. Segundo o relatório do MP, em 2018, a mediana de tempo entre a denúncia e a pronúncia foi de 247 dias (oito meses). Após a pronúncia, o tempo até a sessão plenária foi de

280 dias. Essa é a etapa mais longa, pois pode implicar na interposição de recursos por parte do réu, como o habeas corpus.

Ainda em 2018, o caso que levou mais tempo para ser julgado teve 1.858 dias (cinco anos), enquanto o mais rápido foi resolvido em 161 dias (aproximadamente cinco meses). Os dados levantam dúvidas sobre os fatores que podem influenciar na duração de cada processo. O promotor Raoni explica. "Com base na lei, se o réu está preso, o processo tem preferência. Além disso, há casos

com um grande número de testemunhas, o que requer vários dias de audiência. Também devemos considerar a interposição de recursos, que leva, em média, três meses para ser julgada."

Perda

"A justiça da Terra funciona e, agora, minha filha vai descansar em paz." As palavras são de uma mãe que perdeu a filha de 22 anos de forma covarde. Na noite de 6 de janeiro de 2018, a maranhense Ane Micaelly Monteiro

Mendonça foi brutalmente assassinada a facadas pelo pai da jovem com quem ela mantinha um relacionamento, na quadra 519 de Samambaia.

O **Correio** teve acesso à denúncia do MPDFT oferecida em 9 de agosto do mesmo ano. O documento revela que o acusado do crime, identificado como José Roberto Brito Moreira, não aceitava o namoro entre Ane e a filha dele. No dia do crime, Ane foi até a frente do comércio de José soltar fogos de artifício. No estabelecimento, estavam a namorada de Ane, a sogra e o cunhado.

Uma testemunha relatou no processo que soltava fogos de artifício com Ane, quando José Roberto se aproximou e, em posse de um facão, partiu para cima da jovem e a golpeou. Ferida, Ane correu em direção a um matagal, foi perseguida e novamente esfaqueada e morta. Ao **Correio**, a mãe de Ane, a funcionária pública Luzinete Monteiro, 50 anos, relembra do dia em que recebeu a notícia da morte da filha. "Eu fiquei sem chão e até hoje estou. Foi arrancado de mim a metade do meu coração. Eu sei que tenho outros dois filhos, mas perder a minha menina da forma cruel que foi, me dói, me machuca", desabafa.

A mãe refutou as versões do acusado, José Roberto, que afirmou ter agido em legítima defesa ao esfaquear a vítima, alegando que ela teria colocado a mão na cintura, sugerindo que estava armada. Luzinete afirmou que a filha nunca agrediu ninguém. "Ela não deveria ter ido até o comércio, mas não era motivo para tamanha crueldade. José foi condenado em regime fechado a 14 anos de prisão e permanece no Complexo Penitenciário da Papuda. Entre a data do crime e a sentença passaram-se pouco menos de um ano e dois meses."

"A etapa do processo é um momento em que a família fica em um estado de suspensão, no aguardo de uma resposta. No caso da testemunha, quando mais demorado, mais difícil de se encontrar e colher informações. É benéfica o acusado, pois tem o direito de saber o resultado do julgamento", conclui o promotor Raoni Maciel.

TENTATIVA DE ESTUPRO

Frequentadores de parque apreensivos

» CARLOS SILVA

A tentativa de estupro de uma mulher que caminhava no Parque Olhos d'Água, na Asa Norte, na última sexta-feira, reacendeu o debate sobre a segurança no espaço de lazer. Frequentadores ouvidos pelo **Correio** expressaram preocupação e cobraram medidas efetivas para evitar novos episódios de violência.

A vítima foi atacada por um homem que entrou na unidade de conservação pela L2 Norte e, após a tentativa, fugiu pelo mesmo caminho. A administração informou que a equipe do parque prestou assistência à mulher e

acionou a Polícia Militar (PM-DF). Até o momento, o suspeito não foi identificado.

O caso gerou reações imediatas. Durante o fim de semana, uma frase com os dizeres "estupradores no parque" foi pintada no chão, mas foi posteriormente apagada pelo Instituto Brasília Ambiental (Ibram), que classificou a ação como "vandalismo". De acordo com o órgão, o crime foi uma "excepcionalidade" no histórico do espaço.

Medo

A aposentada Edméa Oliveira, 62 anos, frequenta o parque quase todos os dias e ressaltou que o

ocorrido abalou profundamente a tranquilidade dela. "Não me sentia exatamente segura aqui e confesso que, agora, isso piorou. O Poder Público precisa dar mais atenção a essa área", contou.

O ilustrador Renan Torquato, 34, passa pelo local, com a namorada, a servidora pública Mariana Rodarte, 35, antes de seguirem para a academia. Após o caso, decidiram evitar o local por precaução. "Achava que era bem seguro, mas, depois dessa notícia, ficou complicado", disse Mariana. Renan defendeu a instalação de mais câmeras de segurança no local. "A sensação de estar sendo observado geralmente inibe esse tipo de comportamento", disse.

Reforço na segurança

Em nota, o Ibram afirmou que está comprometido em melhorar a segurança no Parque Olhos d'Água. "Fizemos uma solicitação (ao GDF) de um posto de vigilância motorizada para melhorar a segurança dos usuários e efetividade de vigilância patrimonial da unidade, mas ainda não recebemos retorno sobre a viabilidade", declarou o instituto.

O caso está sendo apurado pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), mas detalhes ainda não podem ser divulgados.

Carlos Silva/CB/D.A Press



Edméa Oliveira diz que o ocorrido a preocupa profundamente